

TRADUÇÃO

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Instead of Comparing: Six thoughts about engaging with a post-historical past.*
Public Seminar, October 2020.

GREICY PINTO BELLIN¹
Centro Universitário Campos de Andrade
Curitiba | Paraná | Brasil
greicy.bellin@uniandrade.edu.br
orcid.org/0000-0003-3787-7722

APRESENTAÇÃO DA TRADUTORA

Poucas coisas no contexto acadêmico contemporâneo chamam tanto a atenção quanto a vitalidade e a produtividade intelectual de Hans Ulrich “Sepp” Gumbrecht. Nascido em 1948 em Würzburg, Alemanha, professor emérito da Universidade de Stanford, com mais de três mil publicações, incluindo as traduções de suas obras, e doze títulos honorários, o autor se tornou amplamente reconhecido por várias de suas contribuições, entre elas *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*, de 2004; *Elogio da beleza atlética*, de 2007, *Atmosfera, ambiência e Stimmung*, de 2012, e *Nosso amplo presente*, de 2015, em que aprofunda o que chamou de *filosofia da presença*, em sua busca por fornecer aos humanistas conceitos, estratégias e instrumentos que possibilitem práticas intelectuais situadas fora do paradigma hermenêutico. Sobressai-se, em meio a estas reflexões, uma forma própria de se analisar e discutir a historiografia e os modelos tradicionais de historicização, pautados pela forte centralidade da interpretação. O ensaio “Um contraponto à comparação: seis considerações sobre o engajamento com um passado pós-histórico”, que ora segue traduzido, apresenta vários pontos que nos permitem retomar uma prática historiográfica baseada não apenas na geração de efeitos de presença a partir da conjuração material do passado histórico, mas também na consideração das dimensões pessoais envolvidas nesta conjuração, como se pode observar na atenção conferida à herança (ainda presente) do passado nacional-socialista alemão no mundo contemporâneo.

¹ *Agradeço a Marcelo de Mello Rangel (UFOP) pela revisão.*

Há, neste sentido, que se considerar o contexto de publicação do ensaio de Sepp Gumbrecht, o qual está atrelado a um seminário público promovido pela historiadora Marci Shore, da Universidade de Yale, durante a instalação da pandemia da COVID-19 em 2020. A partir da produção do documentário *The Last Time I saw them*, que aborda a separação de famílias de judeus durante o Holocausto, instaurou-se um fórum de discussões a respeito da retomada dos temas relacionados ao nacional-socialismo durante um momento político e migratório delicado nos Estados Unidos, marcado pela separação familiar de imigrantes hispânicos nas fronteiras entre os Estados. A ideia central do ensaio é retomar estas discussões com o objetivo de desestabilizar o que Gumbrecht chama, no primeiro parágrafo do texto, de “visão de mundo histórica”, a qual enseja práticas de historicização que percebem como anacrônica a comparação entre eventos do passado e situações do momento presente. Outro aspecto importante diz respeito ao cronótopo que o autor chama de “nosso amplo presente”, característico de uma cultura global “compreendida como projeção da cultura ocidental que está sendo firmemente mantida viva e ao mesmo tempo limitada em sua extensão pela prática diária da comunicação eletrônica”. Com base nas reflexões de Walter Benjamin em suas “Teses sobre a História”, de 1940, e em uma intuição do historiador e pesquisador brasileiro Marcelo Rangel, Gumbrecht retoma a imagem do “anjo da história” para propor, ainda que de forma não categórica e bastante intuitiva, uma maneira de ler o passado que questiona a perspectiva comparatista tradicional e instaura a abertura para uma experiência empática definida pela expressão alemã *Mit-Leid*, que em sua acepção literal significa “compaixão” ou “misericórdia”. O autor menciona o retorno da dimensão corpórea da existência humana, levando-nos à intuição de que os historiadores profissionais estariam utilizando estratégias metodológicas que não recuperam o passado em sua materialidade, o que seria consequência direta da predominância da própria “visão de mundo histórica” e da tendência a interpretar os fatos do passado com base em conceitos que não conferem acesso a uma experiência concreta.

É necessário considerar, sob este aspecto, a percepção crítica de Sepp Gumbrecht acerca do passado nacional-socialista alemão como a principal mola propulsora de sua proposta de desestabilização das práticas historiográficas de comparação. O autor propõe uma reação que considere as atrocidades cometidas no passado em sua singularidade e, porque não dizer, materialidade, conduzindo-nos a um modelo de historicização em que os fatos históricos não são percebidos como relativos à interpretação, e sim como acontecimentos que não podem ser negados e/ou comparados, de forma apressada, com eventos do presente. Gumbrecht ainda menciona a disputa pelo poder interpretativo que envolve as questões relacionadas ao Holocausto, tensionadas entre a subordinação a uma visão unívoca deste acontecimento enquanto “versão

industrializada do extermínio racial”, e a emergência de uma visão politicamente correta que conforma o debate acadêmico atual e promove nova subjugação do tema “dentro de um escopo mais amplo dos horizontes de crimes anti-humanitários ao longo dos séculos XIX e XX.” A noção de *Mit-Leid* representa, portanto, um ponto de fuga no campo desta disputa enquanto forma de alargar a dimensão dos debates historiográficos em relação a questões relevantes para a história alemã, a qual, na visão do autor, ainda se encontra assombrada pelo “fantasma” do nacional-socialismo.

Gumbrecht encerra sua reflexão afirmando que a tarefa de propor outros conceitos para a criação de um modelo historiográfico que represente um desvio em relação a paradigmas já consolidados seria tarefa das gerações mais recentes de historiadores, tendo em vista que o autor se considera um produto da última geração na qual a visão de mundo histórica se fez predominante. Uma desestabilização de *doxas* interpretativas que contesta percepções dominantes certamente necessita da determinação de muitas gerações de intelectuais para a sua efetiva consolidação, dada a permanência destas mesmas doxas no debate acadêmico hodierno. Espera-se que o ensaio de Sepp Gumbrecht possa ser considerado um estímulo a esta renovação, a qual pode caracterizar todas as práticas intelectuais comprometidas com o quase utópico, mas ainda possível, livre pensamento.

UM CONTRAPONTO À COMPARAÇÃO

Seis Considerações sobre o Engajamento com um Passado Pós-histórico

(1)

A “História” enquanto disciplina acadêmica, e neste sentido tento esboçar uma articulação com a reflexão de Reinhart Koselleck, nunca teria tomado forma sem a existência de uma “visão de mundo histórica” enquanto uma construção social específica da temporalidade (a qual podemos chamar de “cronótopo”) em sua relação própria com o passado. A visão de mundo histórica emergiu durante as décadas em torno de 1800 e logo atingiu o status de uma posição suficientemente dominante no interior das culturas ocidentais, e foi logo confundida como “a única possível” e a “única” compreensão “correta” do tempo. Diferentemente de outros cronótopos, a visão de mundo histórica concebia, em primeiro lugar, o futuro como um horizonte aberto de possibilidades as quais os seres humanos acreditavam que poderiam escolher. Em segundo lugar, ela compreendia o passado como uma dimensão que estava progressivamente retroagindo e perdendo, assim, o seu valor de orientação para o presente. Entre este passado e aquele futuro, em terceiro lugar, o presente parecia ser “um pequeno momento imperceptível de transição”, o qual era ocupado, em quarto lugar, por uma visão de mundo cartesiana da autorreferência humana enquanto consciência pura. Finalmente, a visão de mundo histórica pressupunha que o tempo operava como um agente inevitável de mudança unidirecional, cujas regularidades poderiam ser identificadas e, assim, servirem de base para a projeção de um prognóstico de futuro. Devido à quinta – e provavelmente decisiva – compreensão do tempo como agente inevitável de mudança (é a isto que estamos nos referindo quando usamos a palavra “História”), a visão de mundo histórica e a História enquanto disciplina sempre cultivaram um ceticismo profundo (o que não significa uma proibição explícita) em relação a qualquer tipo de comparação entre tempos diferentes e seus fenômenos. Afinal de contas, a percepção de uma mudança progressiva e linear como a mais básica e elementar forma de temporalidade parecia contradizer a busca de similaridades entre eventos do passado e, sem dúvida, prevenir a interpretação, com base em conceitos idênticos, de situações e eventos diferentes do passado. Qualquer operação histórica de comparação era, portanto, tida como “anacrônica” dentro da prática intelectual da História enquanto disciplina acadêmica.

(2)

Ao passo que a “História”, enquanto disciplina acadêmica, pode nunca ter escapado à sombra duradoura da visão de mundo histórica, estou convencido de que esta visão tem sido progressivamente substituída, ao longo da segunda metade do século XX, e de forma mais palpável durante os últimos trinta anos, por um outro cronótopo que podemos chamar de “nosso amplo presente”, o qual fundamenta nossa “cultura global” (compreendida como uma projeção da cultura ocidental que está sendo firmemente mantida viva e ao

mesmo tempo limitada em sua extensão pela prática diária da comunicação eletrônica). Ao invés de ser um horizonte aberto de possibilidades as quais podemos escolher (como no caso da visão de mundo histórica), o futuro do amplo presente aparece para ser ocupado por múltiplas ameaças que estão cercado este presente (aquecimento global, desenvolvimento demográfico e exaustão de recursos, por exemplo). O novo passado, ao invés de ir ficando progressivamente para trás, e em grande escala devido às capacidades quase inesgotáveis da tecnologia eletrônica, está invadindo o nosso presente de forma bastante agressiva (nossos calendários não apresentam dias vagos sem múltiplas funções comemorativas, e temos muito mais materiais hoje em dia, além do que precisamos, para descrever e compreender o passado). Entre aquele futuro congestionado e este passado inundado, o pequeno e imperceptível presente da visão de mundo histórica se converteu em um presente sempre muito amplo que tendencialmente contém tudo aquilo que somos capazes de lembrar e antecipar. Se uma autorreferência cartesiana estava associada a um presente “imperceptivelmente pequeno” da visão de mundo histórica, parece plausível que nós tenhamos recentemente e novamente incluído nossa existência física em uma revisada autorreferência no interior deste presente amplo (tanto nos debates filosóficos correntes quanto na prática comum de treinar *jogging* pela manhã). Finalmente e ainda dentro do amplo presente, não mais percebemos o tempo como um agente de mudança linear e regular que podemos capturar. Em minha visão, há dois segmentos da vida global cotidiana que não foram dominados pelo novo cronótopo. Um deles diz respeito à esfera da política democrática que decisivamente confia na suposição de um futuro aberto como uma pressuposição necessária para as eleições, isto é, para o mecanismo básico da mudança no âmbito das posições de poder. A outra instituição que mantém o amplo presente à distância é, sem dúvida, a História, a qual manteve, com um espírito de tacaña ortodoxia, a visão de mundo histórica como sua base e sua matriz. E todavia podemos observar uma tendência recente, no âmbito da história enquanto disciplina acadêmica, a aceitar e até mesmo adotar uma prática de comparação que vai contra sua tradicional rejeição ao “anacrônico” – uma tendência claramente relacionada à dominância do cronótopo do “amplo presente” em torno da disciplina História. Um exemplo da Alemanha é capaz de ilustrar esta mudança na prática do pensamento dos historiadores ao longo das décadas passadas. Há trinta anos, durante os intensos debates canonizados e relacionados à reconstituição da cidadania alemã após a Segunda Guerra Mundial, a posição da esquerda se caracterizava por uma insistência, fundamentada pela lógica da visão de mundo histórica, no caráter único do Holocausto como uma versão industrializada do extermínio racial; hoje em dia, ao contrário, os historiadores da esquerda cederam a uma autoridade politicamente correta dos estudos pós-coloniais e seu hábito de comparar e até mesmo posicionar o Holocausto dentro de um escopo mais amplo do horizonte de crimes anti-humanitários perpetrados ao longo dos séculos XIX e XX.

(3)

Para desenvolver um argumento epistemológico contra a prática corrente da comparação histórica, seria necessário invocar (e se voltar para) o status canônico da visão de mundo histórica como a única (e academicamente) base legítima de nossa relação com o passado. Mas, como venho pensando que poderia se tornar intelectualmente desafiante (e, para não dizer, saudável) para a História ter uma maior abertura em relação ao novo cronótopo, não desejo seguir esta linha. Meu principal impulso contra a prática de comparação histórica resulta do fato de que nasci em uma família alemã mal passados três anos do suicídio de Adolf Hitler e após a rendição incondicional do Estado que ele havia formado. Ao invés de integrar o passado germânico entre 1933 e 1945 em comparações ou tipologias, existencialmente importa mais para mim perceber as atrocidades cometidas pelas gerações de meus ancestrais em sua singularidade. Com este comprometimento em mente tentarei circunscrever uma até agora pouco desenvolvida relação com o passado baseada tanto no cronótopo do amplo presente (com a sua autorreferência humana revista que inclui novamente o aspecto físico de nossa existência) quanto na leitura de alguns temas encontrados nas legendárias “Teses sobre a história” de Walter Benjamin (1940). Ao fazer isso, vou seguir a intuição de meu colega brasileiro Marcelo Rangel, que, baseado na situação de Benjamin no fim de sua vida, afirma que as “Teses” são um exemplo precoce de uma reflexão que abandona a visão de mundo histórica.

(4)

Com a tomada do poder (*Machtergreifung*) pelo Partido Nacional-Socialista em 30 de janeiro de 1933, não havia futuro para um intelectual judeu como Walter Benjamin, o que explica o motivo pelo qual seu persistente comprometimento existencial e político com o Marxismo e, acima de tudo, com a União Soviética enquanto promessas de um futuro brilhante e aberto, se tornou muito mais decidido e sem dúvida partidário durante os precários anos de seu exílio francês. No entanto, com o famoso pacto “Molotov-Ribbentrop”, assinado entre os nazistas alemães e a Rússia soviética no dia 23 de Agosto de 1939 (exatamente uma semana depois do início da Segunda Grande Guerra e da invasão alemã da Polônia), não havia, literalmente, um futuro aberto para Benjamin. Deve ter sido por esta razão que, na nona tese e inspirado pelo desenho de Paul Klee, ele descreveu o “anjo da história”, cujo gênero era incerto, voltando suas costas para o futuro e focando o passado:

Uma tempestade está soprando do paraíso a qual se embarça em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele inexoravelmente para o futuro, para o qual vira as costas enquanto a pilha de escombros cresce em direção ao céu à sua frente. O que chamamos de progresso é essa tempestade.

Ao passo que a história não pode mensurar o futuro a longo prazo, seu anjo continua a perceber uma energia (“a tempestade”) que o impulsiona em uma direção que ainda representaria tempos melhores – cuja expectativa Benjamin ainda não havia abandonado completamente. Mas eu gostaria de me concentrar, acima de tudo, no olhar retrospectivo do anjo como uma inspiração para imaginar uma relação não-tradicional e não-“histórica” com o passado. Benjamin descreve este olhar como algo formado e penetrado por uma emoção avassaladora que parte de seu objeto de atenção: “Um anjo (...) que parece que vai se afastar de algo que está olhando. Seus olhos estão arregalados, sua boca e suas asas estão abertas”. O lugar para o qual o anjo olha, segundo o que lemos nas teses VII, VIII e XVII, é “a tradição dos oprimidos”, a “barbárie” que aconteceu ao longo do passado e o acúmulo de “destroços” (*Trümmerhaufen*) que ela deixou para trás. Acima de tudo, o Anjo e o “materialismo histórico”, como Benjamin não cessa de enfatizar, não mais experienciam o passado de forma narrativa, isto é, como um enredo ou uma sequência de ações ou eventos – mas como uma estrutura imóvel de êxtase:

Pensar não inclui apenas o movimento das ideias, mas também sua imobilização. Onde o pensamento se detém repentinamente numa constelação saturada de tensões, ele lhe comunica um choque, através do qual ele se cristaliza como mônada (...). Nessa estrutura (o materialista histórico) reconhece o sinal de uma imobilização messiânica do acontecer, ou seja: o sinal de uma chance revolucionária na luta pelo passado oprimido.

Os entusiastas de Benjamin parecem achar óbvio, dentro das visões políticas utópicas específicas que o seu herói tenta empurrar (ao invés de desdobrar), o olhar do Anjo da História nestas passagens – ao passo que admitirei que eu nunca cheguei a compreender (para além de uma plausibilidade inicial) como o êxtase messiânico pode estar verdadeiramente conectado à ação revolucionária. Eu gostaria, portanto, de associar o êxtase do passado no olhar do Anjo com uma atitude política mais elementar e menos politicamente ambiciosa.

(5)

O passado dos reprimidos e dos vencidos, ao invés de se apresentar em sequências de ações que podem levar a questões sobre (diferentes camadas de) causalidade, como os historiadores profissionais têm perseguido há mais de dois séculos, e ao invés de desenvolver tipologias conceitualmente sofisticadas (e até mesmo emocionalmente entorpecentes) dentro do novo cronótopo do amplo presente, é um passado que, percebido como “êxtase” ou “mônada” pode encorajar ou até mesmo solicitar uma abordagem empática. Não apenas no sentido de uma relação tradicionalmente maligna de identificação, isto é, a disposição a se imaginar “no lugar das vítimas”, mas no sentido de uma abordagem de compaixão e pena no sentido literal da palavra alemã *Mit-Leid*, cujo significado remete ao sofrimento físico com as vítimas do passado. O retorno da dimensão corpórea da existência humana em nossa revista autorreferência sob condições epistemológicas modificadas pode, sem dúvida, ser uma razão para uma concretização afiada do significado de “compaixão”. Imaginar como deve ter sido, para um colega judeu de meu pai, ser empurrado a dirigir através das ruas de sua (e também minha) cidade sob o controle da polícia, colocado em vagões de trem para o transporte de gado e levado à

morte no interior da indústria fria e assassina dos campos de concentração; imaginar como deve ter sido, para um cidadão negro, a experiência de ser caçado e capturado como em um jogo para ser estrangulado e enforcado pela Ku-Klux-Klan; imaginar como deve ter sido a experiência de passar a vida sendo a propriedade física de outra pessoa – tudo isso pode nos conectar ao passado de uma forma cujo poder e cujas consequências podem ter permanecido por muito tempo (e para não dizer de forma sistemática) longe do alcance da análise dos historiadores profissionais.

(6)

Não preciso dizer que não estou, de forma alguma, oferecendo uma leitura hermeneuticamente correta dos comentários de Walter Benjamin sobre o olhar do Anjo da História; e nem tenho propostas detalhadas para delinear possíveis passos em direção a uma transformação intelectual e institucional com base na qual a disciplina História possa se abrir para relações com o passado calcadas na ideia de uma *Mit-Leiden*. Apenas estou utilizando as imagens de Benjamin para imaginar (com uma intenção tautológica!) um olhar para o passado que poderia ter se tornado possível sob premissas pós-históricas. Tal olhar pode possuir uma afinidade com um motivo recorrente no trabalho da eminente – e sempre *compassionate* – pensadora francesa Simone Weil, que, em um texto de 1943, tentou trazer à vista, contra o elogio usual da “personalidade” individual como o cerne de nossa existência, uma ressonância mais elementar com as “almas” de outros seres humanos:

A parte da alma que reclama ‘Por que estou sendo ferida?’ se encontra no nível mais profundo, e mesmo no mais corrupto dos homens, ela permanece perfeitamente intacta e totalmente inocente desde a mais tenra infância. Manter a justiça e preservar os homens de todos os danos significa, em primeiro lugar, prevenir que o mal seja feitoa eles.

Agora, se o êxtase e o espaço (mais do que o tempo e a narrativa) estão emergindo como dimensões dominantes de um olhar empático, então podemos refletir sobre outras modalidades de conexão com o passado. Todos nós já experimentamos como a proximidade espacial frequentemente intensifica nossos sentimentos em relação a eventos passados e suas condições de realização. Saber sobre Auschwitz ou sobre o Fórum Romano nunca será equivalente a ter realmente estado nestes lugares, e o “estar lá” tem muito mais a acrescentar à nossa experiência do que uma mera ilustração conceitual. Sempre que sinto os solavancos de uma aeronave ao fim de um voo de San Francisco a Frankfurt ocorre-me um pensamento, ou talvez apenas um vislumbre dele, segundo o qual o espaço alemão está permanentemente assombrado por um passado que de fato aconteceu lá – e é óbvio que existe um sem número de equivalentes subjetivos para o espaço assombrado da Alemanha. Também começo a me perguntar se esta reação empática pode revelar um lado mais objetivo; se existiria uma temporalidade específica nesta condição de ser assombrado, e se ela estaria se acabando – uma temporalidade que seria largamente independente dos comportamentos e de uma política própria às gerações contemporâneas. Mas provavelmente não serei eu quem irá desenvolver estas reflexões e suas resultantes (e não apenas intelectuais) práticas. Afinal de contas, sou nascido na última geração que cresceu no interior da visão de mundo histórica, uma geração que estava lutando para sobreviver aos desafios e promessas colocados por esta mesma visão – apenas para perceber que ela havia quase que traiçoeiramente desaparecido.

HANS ULRICH GUMBRECHT

Um contraponto à comparação

Seis Considerações sobre o Engajamento com um Passado Pós-histórico

Tradução recebida em 01/03/2021 • Aceita em 01/06/2021.

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado